

Dinâmicas do turismo em espaço rural em regiões de baixa densidade: o exemplo de Almeida

FONSECA, FERNANDO P.¹; RAMOS, RUI A.R.²
(1) ffonseka@gmail.com; (2) rui.ramos@civil.uminho.pt
Departamento de Engenharia Civil – Universidade do Minho
Campus de Gualtar, 4710-057 Braga – Portugal
Tel. (351) 253604720



Colóquio Ibérico de Estudos Rurais
Cultura, Inovação e Território

Coloquio Ibérico de Estudios Rurales
Cultura, Innovación y Territorio

Coimbra, Portugal

Outubro / Octubre 23-25, 2008

Resumo

As tendências regressivas que se detectam nos espaços rurais de baixa densidade localizados sobretudo em áreas periféricas, como no Interior de Portugal, têm suscitado uma preocupação crescente por parte de diversas entidades em busca de medidas que contrariem ou, pelo menos, debelem os efeitos negativos do êxodo rural e do envelhecimento demográfico. Estas preocupações têm-se traduzido em diversos instrumentos e políticas de incentivo à diversificação económica dos espaços rurais e ao desenvolvimento de novas funções, assentes na (re)valorização dos recursos endógenos. Neste contexto, o turismo em espaço rural (TER) tem sido defendido como um sector com potencial para reverter o declínio destes territórios. Assim, o objectivo do artigo consiste em analisar o impacto e os benefícios que o TER tem surtido em Almeida, município de características marcadamente rurais do Interior de Portugal. A análise baseia-se na exploração de um conjunto de entrevistas que foram realizadas aos empresários locais.

Palavras-chave: Turismo em espaço rural, património, desenvolvimento rural, Almeida

1.Introdução

As tendências regressivas que se detectam nos espaços rurais de baixa densidade, localizados sobretudo em áreas periféricas, têm suscitado uma preocupação crescente por parte de diversas entidades em busca de medidas que contrariem ou, pelo menos, debelem os efeitos negativos do êxodo rural e do envelhecimento demográfico. As actuais perspectivas de desenvolvimento sustentam a necessidade de uma maior diversificação económica e de uma multifuncionalidade como forma de superar a perda de competitividade das actividades tradicionais que entretanto entraram em declínio nestes territórios. Para gizar estes objectivos, impõe-se uma abordagem de desenvolvimento “bottom-up”, que pugna pela rentabilização do potencial endógeno, por um maior envolvimento das entidades locais no processo de desenvolvimento e por fórmulas inovadoras de governança e de animação local, que impulsionem uma maior cooperação entre as entidades públicas e privadas na rentabilização dos recursos.

O património emerge frequentemente como uma das principais potencialidades destes espaços rurais, seja o património cultural (material e imaterial), seja o natural ou o paisagístico. Simultaneamente, este tipo de atractivos tem sido alvo de uma procura crescente por parte de alguns segmentos de mercado turístico, em busca de motivações menos massificadas. Por outro lado, o turismo em espaço rural (TER) é defendido por políticos, por entidades planeadoras do território e por diversos investigadores como uma actividade com potencial para assegurar um desenvolvimento mais sustentado dos espaços rurais.

No âmbito desta temática, o objectivo do artigo consiste em proceder a uma avaliação do impacto do TER no concelho de Almeida, espaço rural paradigmático do Interior de Portugal, em regressão demográfica e económica, mas possuidor de um património cultural (arquitectónico) singular. Tendo por base um conjunto de entrevistas direccionadas às entidades locais ligadas ao sector do TER, a investigação analisa de que forma é que os recursos locais estão a ser aproveitados, que benefícios é que o TER está a surtir na diversificação económica e no surgimento de novas funcionalidades e que vantagens ou constrangimentos estão a decorrer da relação turismo/património. Paralelamente, o estudo permite caracterizar a procura turística de Almeida, explorar se o TER tem despoletado novas formas de organização e de cooperação local e avaliar as dificuldades que estão associadas à organização da oferta turística neste território. Para dar cumprimento a estes objectivos, o artigo desdobra-se em duas partes fundamentais. Na primeira apresentam-se as perspectivas de desenvolvimento direccionadas para os territórios rurais, contextualizando o papel que o turismo exerce nesse quadro, dando um particular enfoque ao TER, analisando a evolução do conceito, da legislação e de algumas estatísticas. Na segunda parte, apresenta-se o caso de estudo, analisando as características do TER no município de Almeida e dos seus contributos no desenvolvimento local.

2. A problemática do desenvolvimento turístico nos espaços rurais

Em Portugal, o turismo é considerado uma das actividades melhor posicionadas para diversificar e revitalizar a economia dos espaços rurais. O Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural defende a realização de investimentos turísticos nas áreas rurais por contribuírem para a diversificação das economias locais. O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território atribui também importância ao papel que o turismo poderá desempenhar no desenvolvimento de espaços rurais de regiões em declínio, com base nos valores do património cultural, natural e paisagístico. O próprio Plano Estratégico Nacional para o Turismo classifica como *estratégicos* diversos produtos que tendencialmente se localizam nos espaços rurais. Para além destas orientações de âmbito nacional e de carácter transversal, a nível local, especialmente na perspectiva municipal, o turismo é quase sempre considerado um sector prioritário. A nível científico são também diversos os autores que valorizam o papel que o turismo poderá desempenhar na revitalização dos espaços rurais (Cristóvão, 1999; Cadima *et al.*, 2001; Cànoves *et al.*, 2006). Assim, verifica-se que há um relativo consenso sobre os benefícios que o turismo acarreta para o desenvolvimento dos espaços rurais. Importa, então, analisar a sua natureza e benefícios, bem como as características da oferta e da procura turística que se processa nestes espaços.

A terciarização económica é um dos contributos mais evidentes do desenvolvimento turístico nos espaços rurais, resultante da implantação de um conjunto de serviços de apoio e de dinamização turística, com reflexos a diversos níveis. Na criação de postos de emprego (ainda que sazonais) em regiões onde as oportunidades são normalmente escassas. Na criação de oportunidades para a fixação de mão-de-obra mais qualificada ou para requalificar a existente. Na dinamização de um conjunto de actividades que qualificam e identificam a oferta turística em espaço rural, nomeadamente ao nível do artesanato, dos produtos locais e da gastronomia autóctone. E, na crescente preocupação pelo ordenamento do território, pela salvaguarda e recuperação do património cultural e natural, de modo a qualificar dois dos recursos mais procurados pelos turistas que frequentam estes espaços. Desta forma, o turismo pode contribuir para a manutenção da identidade cultural e para a sobrevivência de tradições ancestrais, em risco de desaparecimento. A jusante surgem ainda diversos benefícios associados à dinamização comercial, à instalação de actividades de animação, de prestação de serviços, etc. Em termos mais genéricos, poderá ainda ter reflexos na atractividade de equipamentos, de infra-estruturas e de outros recursos do exterior (novos moradores, investimentos, etc.). A actividade turística pode assegurar a perenidade destes benefícios, desde que devidamente planeada e gerida, atenuando os problemas da actividade agrícola e funcionando como uma fonte complementar para a economia local. Porém, como advertem Rosado (1998), Cristóvão (1999) e Ribeiro e Marques (2000), o turismo não pode converter-se num chavão ou num elixir para o desenvolvimento dos espaços rurais, como por vezes se procura veicular, mas deve ser entendido como uma janela de oportunidades que (a par de outras actividades) não deverá ser enfeitada.

Com efeito, há um conjunto de obstáculos, quer do lado da oferta, quer do lado da procura, que configuram riscos para o desenvolvimento turístico nos espaços rurais. A desvitalização demográfica e a descaracterização dos atractivos turísticos são dois dos principais entraves ao desenvolvimento de iniciativas locais. Os necessários níveis de qualidade requeridos pela procura não são, muitas vezes, correspondidos pela oferta (dos equipamentos, dos serviços ou dos recursos) dos espaços rurais. O número de postos de emprego criados é limitado e afectado por acentuadas variações sazonais. A capacidade institucional dos actores locais é frequentemente débil, o que impede a organização da oferta e a profissionalização da promoção. O mercado que procura estes motivos é ainda limitado (Muller, 2000) e há uma grande variedade de destinos. Superar estas dificuldades constitui um desafio, que só se conseguirá ultrapassar com a adopção de modelos inovadores e de novas atitudes, que insiram o turismo num processo de desenvolvimento integrado e sustentável, motivando as entidades locais, para um envolvimento mais activo na rentabilização dos recursos endógenos.

3.A oferta dos espaços rurais e a emergência de novas procuras turísticas

A oferta dos espaços rurais enquadra-se num contexto em que as motivações dos mercados turísticos se vêm alterando, traduzindo-se na selecção de destinos mais personalizados em detrimento dos massificados. Para Cunha (2006), este novo mercado apresenta as seguintes características: baixa densidade, pequena escala, atracção de um segmento específico da sociedade, normalmente turistas com rendimentos acima da média e com um nível de instrução superior. Salvà-Tomás (2000) refere que esta nova atitude do mercado turístico se deve à busca de destinos mais individualizados, à procura de serviços personalizados, de férias activas, de experiências enriquecedoras, de autenticidade, de tranquilidade e ao interesse manifestado pelas culturas diferentes. Estas procuras emergentes norteiam-se pela personalização dos destinos, pela busca de motivos que enriqueçam a formação pessoal, pelo contacto com outras culturas ou locais históricos, por destinos que permitam a realização de exercícios físicos e a evasão dos meios urbanos, como forma de combater o *stress* do quotidiano. Assim, como referem Fonseca & Ramos (2007), a tríade de motivos que preside às deslocações massificadas (*sea, sun and sand*) é muito diferente daquela que rege as deslocações mais individualizadas (*excitement, entertainment and education*).

Neste contexto, os espaços rurais apresentam um conjunto de recursos correspondentes a uma procura menos massificada. Para Umbelino (1998), o turismo rural, em si mesmo, é incompatível com o turismo de massas, permitindo um contacto directo com a natureza, com as populações locais e com o património cultural. De um modo geral, os recursos que os espaços rurais disponibilizam permitem definir um conjunto de *produtos turísticos*, isto é, um conjunto de elementos tangíveis e intangíveis, centrados numa actividade e num destino específico (Middleton, 1996), de entre os quais se salientam os seguintes:

(i) turismo cultural, embora não seja exclusivo dos espaços rurais, este produto baseia-se no encontro com culturas pré-existentes, para o que concorre um leque muito variado de elementos que os espaços rurais

albergam: estilos de vida comunitária, tradições culturais, artesanato, sítios de interesse arqueológico, monumentos, festas, folclore, etc.;

(ii) Turismo de aventura e ecoturismo, estes dois produtos têm em comum o desenvolvimento em meios naturais, mas diferem nas actividades desenvolvidas: o ecoturismo processa-se em áreas com interesse ambiental, onde se pode desfrutar e apreciar os valores naturais, causando impactos mínimos e contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico das populações locais; o turismo de aventura baseia-se na prática de actividades físicas e desportivas (BTT, escalada, parapente, etc.), podendo ser praticado por grupos numerosos;

(iii) Turismo de saúde, produto que se processa maioritariamente em espaços rurais e que tem na melhoria do bem-estar físico/mental dos turistas o seu objectivo central, seja em termos de tratamentos ou de prevenção. O termalismo e o climatismo constituem dois bons exemplos (Cunha, 2006);

(iv) Turismo residencial, embora seja um *produto* de definição ambígua, porque o conceito de turismo exclui a própria residência, o turismo residencial configura uma forma de alojamento, para a qual os espaços rurais estão bem adequados (segundas residências para *short breaks*).

4. O turismo em espaço rural: contextualização e evolução do conceito

O conceito de TER não é consensual e surge aplicado em diversos contextos. Como referem Sharpley & Sharpley (1997) ou Umbelino (1998), o TER não pode apenas ser entendido como o turismo que acontece numa *zona rural* (independentemente dos critérios que distinguem os territórios rurais dos urbanos e peri-urbanos), pois compreende não só diferentes tipos de turismo, como uma gama variada de actividades. Neste contexto, Cunha (2006), defende que o TER não deve ser entendido como um *produto turístico* devido à complexidade do seu âmbito e conteúdo, mas sim como uma modalidade de alojamento em espaço rural. O TER referencia-se, sobretudo, na cultura e nas actividades que prevalecem em espaços de interior não absorvidos pelo modo de vida urbano. A motivação turística associada a estes espaços decorre da sua persistência no imaginário de muitas pessoas, sobretudo, dos residentes urbanos ou, como argumenta Menezes (2000), caracteriza-se pelo “regresso às origens, por forma a que o binário Homem/Natureza recupere o equilíbrio quebrado pelos modelos de desenvolvimento industrial e pela redescoberta do relacionamento do homem com a natureza”. Estas interpretações encontram-se presentes na legislação em vigor (Decreto-Lei n.º39/2008, de 7 de Março), que descreve os empreendimentos de TER como os “estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e

diversificado no espaço rural” (Artigo n.º 18). De acordo com aquela lei, os empreendimentos de TER são constituídos pelas casas de campo, unidades de agro-turismo e hotéis rurais. Uma das alterações que este diploma introduziu face à anterior legislação do sector (Decreto-Lei n.º54/2002, de 11 de Março) consiste na redução do número de empreendimentos turísticos nos espaços rurais, nomeadamente, do turismo de habitação, que (agora) tanto pode processar-se em espaços rurais, como em espaços urbanos, desde que as unidades estejam instaladas em edifícios antigos particulares que, pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam representativos de uma determinada época. Esta é, pois, uma das principais alterações operadas pela nova legislação, porque o turismo de habitação, desde a sua origem (anos 70), esteve sempre associado aos espaços rurais.

O TER não é um fenómeno recente na Europa nem em Portugal. De acordo com Menezes (2000), as suas origens remontam, pelo menos, ao início do século XX, devido à maior necessidade de sossego e de entretenimento que as populações entretanto migradas para as cidades encontravam no campo. Em Portugal, as primeiras experiências associadas ao TER ocorreram ainda durante a década de 70, nomeadamente em Ponte de Lima, Vila Viçosa, Castelo de Vide e Vouzela (Cadima *et al.*, 2001), tendo sido impulsionadas pelos órgãos públicos como forma de rentabilizar a riqueza arquitectónica, histórica e paisagística existente nestes territórios. Na altura, esta forma de turismo ficou conhecida por *turismo de habitação*. A partir desta altura, a oferta foi crescendo progressivamente, estimulada pelos apoios públicos para a recuperação de casas senhoriais e de solares. Este crescimento resultou no primeiro enquadramento legal do TER em 1986 (Decreto-Lei n.º256/86, de 27 de Agosto e Decreto Regulamentar n.º5/87, de 14 de Janeiro), que englobava o turismo de habitação, o turismo rural e o agro-turismo. Com o decorrer do tempo surgem novas modalidades, nomeadamente, os hotéis rurais, o turismo de aldeia e as casas de campo (Decreto-Lei n.º169/97, de 4 de Julho). Por último, o Decreto-Lei n.º54/2002, de 11 de Março, consagrou ainda os parques de campismo rurais como empreendimentos turísticos nos espaços rurais.

Em conformidade com a legislação actualmente em vigor e com a ressalva referida para o turismo de habitação, os empreendimentos turísticos em espaço rural apresentam as seguintes características: (i) as *casas de campo* são imóveis situados em aldeias e espaços rurais que se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitectura típica local; (ii) as unidades de *agro-turismo* são empreendimentos turísticos situados em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos; (iii) os *hotéis rurais* são estabelecimentos hoteleiros situados em espaços rurais que, pela sua traça arquitectónica e materiais de construção, respeitem as características dominantes da região onde estão implantados, podendo instalar -se em edifícios novos.

Em relação à evolução do número de estabelecimentos em espaço rural, os estudos efectuados por diversos investigadores (Cadima *et al.*, 2001; Jesus, 2007) e as próprias estatísticas do turismo revelam um crescimento acentuado quer do lado da oferta, quer por parte da procura. A título de exemplo e segundo o Turismo de Portugal, a nível nacional, no ano passado, estavam em funcionamento 1.023 unidades (+11%

que em 2006) de TER, que disponibilizavam 11.327 camas. O número de dormidas estimadas nestes estabelecimentos foi de 664.000 (+11% que em 2006). Para se ter uma noção mais rigorosa desta evolução, verifica-se que em 1990 existiam apenas 223 unidades de TER, a oferta era de 1811 camas, tendo-se registado uma estimativa de dormidas de 60.979 (DGT, 2000).

4. Estudo de caso: o município de Almeida

4.1. Enquadramento e caracterização do território

O município de Almeida localiza-se na Beira Interior Norte (BIN) de Portugal (Figura 1). O concelho está situado numa vasta área de baixa densidade populacional e de características marcadamente rurais, onde se destaca a cidade da Guarda como principal centro urbano polarizador da região. O município apresenta uma área de 504km² e está dividido em 29 freguesias, encontrando-se algumas delas num processo acelerado de envelhecimento populacional e de despovoamento. De acordo com os Censos de 2001, o município contabilizava 8423 habitantes. Os dois principais centros urbanos são constituídos por Almeida, a sede do município, e por Vilar Formoso, um dos postos fronteiriços mais movimentados de Portugal.

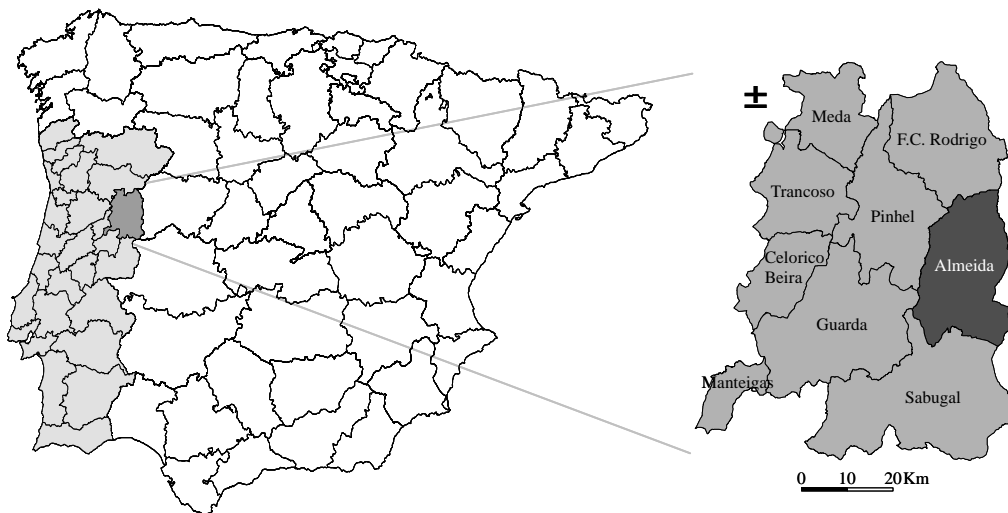


Figura 1 – Enquadramento geográfico da BIN e de Almeida na Península Ibérica

À semelhança de outros municípios da BIN, Almeida constitui um paradigma dos territórios rurais periféricos do Interior de Portugal, que têm vindo a envelhecer e a regredir demograficamente ao longo das últimas décadas. Em 2001, Almeida apresentava uma densidade populacional de apenas 16hab/km², a população com mais de 65 anos de idade atingia 29,8% (+ 13% que a média portuguesa) e o carácter

repulsivo do concelho afere-se pela perda de 19,2% da população residente durante a década de 90 (ao longo dos últimos 40 anos, o município perdeu metade da sua população residente).

Apesar de se tratar de um município de características rurais, a estrutura activa da população revela uma acentuada terciarização económica pois, em 2001, 63% da população estava empregada em actividades relacionadas com os serviços. As actividades do sector primário detinham ainda uma importância considerável ao empregarem 15% da população activa, valor que representava mais 10% do que a média portuguesa. Porém, a própria actividade agrícola parece estar a sofrer com o despovoamento e com o envelhecimento demográfico no município. Só assim se entende que, de acordo com os Recenseamentos Agrícolas, a percentagem da superfície agrícola e o número total de explorações agrícolas tenham diminuído (30% e 9% respectivamente) no período compreendido entre 1989 e 1999. A perda da capacidade competitiva da agricultura era confirmada pelo facto de, em 70% das explorações agrícolas, a maior parte dos rendimentos económicos ter uma origem externa à actividade. Apesar da ruralidade das paisagens e das gentes estar ainda muito vincada, a principal ameaça à sua manutenção assenta no envelhecimento demográfico e no êxodo rural, que estão a levar ao abandono das áreas cultivadas, com a consequente degradação paisagística e perda dos habitats de várias espécies e ao declínio de tradições e de técnicas ancestrais (como os hábitos comunitários, o artesanato, técnicas de cultivo, etc.).

Em termos de recursos turísticos, que são os elementos físicos ou intangíveis susceptíveis de motivar a deslocação das pessoas, verifica-se que o município alberga um significativo potencial, essencialmente ancorado em torno do património histórico e arquitectónico. Os imóveis classificados (e em vias de classificação) são numerosos e encontram-se dispersos por todo o município (Figura 2), como Fonseca & Ramos (2008) descrevem com detalhe. Neste conjunto destaca-se a praça-forte de Almeida, a Aldeia Histórica de Castelo Mendo, o valioso e diversificado património cultural imaterial e o património natural do município, com destaque para as águas termais.



Figura 2 – Elementos patrimoniais de maior interesse no município de Almeida

4.2. Metodologia utilizada no estudo

A partir das conclusões de um estudo realizado no município (Fonseca, 2006; Fonseca & Ramos, 2007) foi possível concluir que os recursos turísticos emergem como a principal potencialidade local e que as entidades locais e regionais classificam o turismo como o sector mais promissor para reverter as tendências regressivas que assolam este território (um pouco à semelhança do que se passa em outros municípios do Interior). É neste contexto que se enquadram diversos objectivos estratégicos e acções apresentadas por Fonseca (2006) com vista à dinamização do turismo local e diversas medidas implementadas pelas entidades locais, nomeadamente pela Câmara Municipal.

Assim, para atingir o objectivo enunciado de avaliar os benefícios socioeconómicos do TER e o seu impacto na diversificação e na multifuncionalidade da economia local, foi realizado um conjunto de inquéritos aos empresários locais ligados ao TER, com vista à análise: das unidades de TER existentes; da procura; das acções promocionais; do impacto da unidade na economia local; e dos pontos fortes/fracos do TER e do turismo em geral em Almeida. Os inquéritos foram previamente estruturados, tendo-se adoptado a tipologia de respostas fechadas. Em algumas questões foi utilizada a escala de Likert de forma a revelar o grau de concordância ou de discordância em relação ao seu conteúdo. Os inquéritos foram realizados entre Junho e Julho de 2008. Nas Subsecções seguintes apresentam-se as principais conclusões obtidas.

4.3. O TER no município de Almeida

4.3.1. Enquadramento no contexto municipal e regional

Em termos de equipamentos turísticos e no que respeita aos meios de alojamento existentes, verifica-se que a oferta é relativamente modesta, quer em qualidade, quer em capacidade, cobrindo diversas categorias, desde a hotelaria convencional, ao TER. Ao nível da hotelaria convencional predominam estabelecimentos de pouca relevância, como residenciais e pensões. Merece destaque a pousada existente em Almeida direccionada para uma procura mais exigente. Existem apenas 4 estabelecimentos registados na Direcção-Geral do Turismo, embora estejam em funcionamento mais 7 unidades não registadas em todo o município, especialmente em Vilar Formoso. Na BIN, Almeida é o segundo concelho com maior número de estabelecimentos convencionais registados e capacidade de alojamento (atrás da Guarda), representando 17% do número de estabelecimentos e 14% da capacidade regional.

Uma situação oposta se verifica no que respeita às unidades de TER, pois há diversos municípios da região com uma oferta substancialmente mais elevada, como a Guarda, Sabugal ou Celorico da Beira. Em Almeida estão localizadas três unidades de TER, encontrando-se duas delas na sede da vila e outra no

Freixo. Assim, o número destas unidades corresponde a uma fracção minoritária quer no âmbito da BIN, quer no conjunto dos estabelecimentos de alojamento turísticos existentes no município. Com efeito, o predomínio de estabelecimentos convencionais (e de baixa qualidade) no posto fronteiriço de Vilar Formoso parece integrar-se numa estratégia de atracção de pessoas em circulação de Portugal para a Europa ou vice-versa. O curto período da estada dos hóspedes nos estabelecimentos do município (1,1 dia), o mais baixo da região, parece corroborar esta tese.

4.3.2. Caracterização da oferta de TER

Das três unidades de TER existentes no município, duas delas estão localizadas em Almeida e a outra situa-se no Freixo, a 20km da sede do município, i.e., das 29 freguesias existentes, apenas em duas delas estão localizadas unidades de TER. As unidades inserem-se na referida tipologia de *casas de campo*, tendo entrado em funcionamento ao longo da última década (a mais recente abriu em 2003). Os estabelecimentos em Almeida estão localizados no centro histórico, em edifícios emblemáticos (um deles remonta ao séc. XVIII); o estabelecimento do Freixo localiza-se numa quinta, numa casa regional de 1720, recentemente remodelada para o efeito. A administração directa pelos proprietários predomina na gestão das unidades, embora numa delas se processe por interposta pessoa.

Em termos globais, a capacidade de alojamento nas unidades de TER é reduzida, disponibilizando 12 quartos e 24 camas (mas é mais do que suficiente para a procura como se verificará). As 3 unidades estão permanentemente abertas ao longo do ano e os preços praticados também são fixos, não se ajustando à procura nos períodos da época baixa/época alta. Os serviços disponibilizados (Quadro 1) são comuns à maior parte das unidades, não se destacando nenhuma delas por possuir um serviço mais específico, excepto a piscina, devido à localização destas unidades no Interior. Todos os estabelecimentos possuem salas de refeições, mas apenas servem o pequeno-almoço. A razão invocada relaciona-se com a curta estada dos turistas e com a existência de restaurantes nas imediações.

Quadro 1 – Serviços à disposição dos turistas nas unidades de TER de Almeida

Serviços	Casa do Cantinho	Casa Pátio da Figueira	Casa Rural do Freixo
Sala de refeições	X	X	X
Sala de estar	X	X	X
Sala de jogos		X	X
Piscina		X	
Jardim/Quintal com grill	X	X	
Outros	Adega		Sala leitura, Zona de caça

Em relação aos proprietários, verifica-se que têm idades compreendidas entre os 45-64 anos, tendo uma formação de nível secundário (2) ou superior (1). Importa ainda referir que nenhum dos proprietários se dedica exclusivamente ao TER, o que poderá indiciar o carácter complementar com que esta actividade é encarada e aos eventuais baixos recursos que pode gerar. É ainda interessante referir que os motivos que levaram os proprietários a investir no TER se relacionam com o interesse em recuperar o património/propriedade e com o gosto manifestado pela actividade.

Relativamente à promoção da oferta, verifica-se que são os proprietários que a efectuam, não recorrendo a nenhum operador para o efeito. Os veículos utilizados compreendem a promoção em folhetos/brochuras e em jornais/revistas. Apenas um estabelecimento é promovido na Internet com página própria, mas os outros são divulgados noutros sítios, nomeadamente, no sítio da Região de Turismo da Serra da Estrela. Porém, nenhuma das unidades disponibiliza reservas on-line.

4.3.3. Caracterização da procura das unidades de TER

Mais do que a oferta, a procura dá uma noção mais clara da dinâmica e da atractividade turística que Almeida exerce sobre os segmentos interessados no TER. Ao longo dos últimos anos, o município tem registado uma subida contínua do número de turistas/visitantes no posto de turismo local, tendo sido alcançado em 2006 a cifra de 80.000 visitantes. Porém, os benefícios que este aumento do número de visitantes tem acarretado para Almeida permanecem incógnitos, não sendo perceptível, por exemplo, a fracção deles que pernoita em Almeida, que frequenta os restaurantes ou que adquire produtos locais, i.e., que deixa receitas para a economia local. Por outro lado, as estatísticas referentes aos estabelecimentos hoteleiros registados, considerando o período compreendido entre 2001/2006, revelam uma tendência de crescimento dos hóspedes entrados (3%) e um ligeiro decréscimo das dormidas (-0,8%).

A percepção dos inquiridos está alinhada com as estatísticas apresentadas, pois foi referido que a duração média das estadas é muito curta, situando-se entre 1 e 2 dias, facto que é associado à falta de atractivos e à escassez de actividades que mantenham os turistas por mais tempo. Por outro lado, o índice de ocupação das unidades de TER em Almeida é sempre muito baixo, independentemente da época do ano. De acordo com os inquiridos, a taxa de ocupação nunca supera os 20%, mesmo nos meses de Verão, altura em que um maior número de pessoas aproveita para gozar férias. Assim, a curta estada média dos turistas nas unidades associada a uma taxa de ocupação muito baixa ao longo do ano sugere que esta actividade é pouco dinâmica e acarreta reduzidos benefícios económicos para os seus proprietários.

Em relação ao perfil dos clientes das unidades de TER do município e, de acordo com os inquiridos, foi possível apurar que a maior parte deles tem entre 45-54 anos de idade, tendo algum significado ainda os estratos etários mais idosos. Quanto à proveniência, predominam os turistas de origem nacional, ao que se

segue os de nacionalidade espanhola, tendo uma menor representatividade os de outras procedências, onde se destacam os franceses. Em termos de características profissionais, foi possível apurar que os empresários, quadros superiores, profissionais liberais e reformados constituem o grupo que frequenta com maior expressão os estabelecimentos de TER do município.

4.3.4. Análise do impacto do TER no desenvolvimento local

A análise precedente à oferta e à procura verificada nas unidades de TER deixa transparecer a existência de diversas vulnerabilidades (específicas do sector e mais extensivas ao município e à própria região) que não auspiciam um contributo muito significativo na economia local. Com efeito, em termos socioeconómicos verifica-se que nenhum posto de emprego foi gerado pelas unidades de TER, que apenas empregam mão-de-obra familiar (do proprietário). Este facto vem, assim, contrariar um dos benefícios mais relevantes que é atribuído ao desenvolvimento turístico nos espaços rurais. Por outro lado, no único estabelecimento que está inserido numa quinta (Casa Rural do Freixo), os produtos agrícolas não são vendidos nem são consumidos pelos turistas. No conjunto das 3 unidades, a percentagem de produtos locais utilizados e vendidos aos turistas (agro-alimentares, artesanato, etc.) é inferior a 20% do total. Esta constatação contrapõe-se também a outro dos principais benefícios associado ao TER, a revitalização das actividades tradicionais. Neste contexto é evidente o alinhamento com os estudos efectuados por Joaquim (1999) quando refere que, amiúde, o TER está desligado destes espaços, é alimentado por fontes exógenas e os seus principais benefícios são direccionados para o exterior dos territórios rurais.

Relativamente aos benefícios patrimoniais, a contribuição mais notória do TER relaciona-se com a recuperação do edificado, nomeadamente dos imóveis onde estão instaladas as unidades. De acordo com os inquiridos, as obras de recuperação foram suportadas pelos próprios, com excepção de um empresário que beneficiou de 25.000€ de financiamento por parte de um projecto gerido pela CCDDR-Centro. Um dos empresários referiu mesmo que o período de retorno do investimento efectuado na recuperação dos edifícios só a médio/longo prazo é que será atingido, atendendo ao baixo índice de ocupação da unidade. Para este empresário, a recuperação dos imóveis no centro histórico é um imperativo para reforçar a atractividade e a imagem de Almeida. A revitalização de outros elementos patrimoniais promovida pelo TER foi classificada como tendo uma menor importância por parte dos inquiridos, devido à baixa interacção com outras actividades, nomeadamente com o artesanato, com a produção agro-alimentar e com actividades de contacto com a natureza. Assim, pode concluir-se que o contributo do TER na diversificação da economia local e no surgimento de novas funções é também sectorial e reduzido.

Em termos institucionais e organizacionais, o TER também não tem estimulado uma dinâmica de envolvimento e de cooperação entre as diversas entidades locais (públicas e privadas), podendo ser esta uma das principais causas do estado de desenvolvimento que o TER local apresenta. Com efeito, das 3 unidades existentes, duas delas não participam em nenhuma actividade conjunta com outras entidades,

quer nas actividades de animação, quer nas de promoção turística. Um dos estabelecimentos desenvolve actividades conjuntas com a Pousada (pelo facto de pertencer à mesma gerência) ao nível da promoção e da animação turística em torno de actividades culturais e de contacto com a natureza. Embora a cooperação nos territórios rurais seja reconhecidamente mais difícil (Barros, 2003), é fundamental para mitigar o individualismo, a falta de escala e a fragmentação das acções, de forma a obterem-se estratégias mais globais, integradas e sinérgicas, pela definição de plataformas de consenso e de distribuição de responsabilidades entre as entidades.

5. Conclusão

O aproveitamento turístico dos espaços rurais gerou (e continua a gerar como se pode concluir pelos discursos, medidas políticas e produção científica) um grande entusiasmo pelo seu potencial para revitalizar socioeconómica e culturalmente estes territórios. Porém, os resultados obtidos em muitos deles aconselham alguma prudência na avaliação do seu verdadeiro impacto, não devendo ser considerado, como alguns autores já sublinharam (Cristóvão, 1999; Ribeiro & Marques, 2000), uma panaceia que solucionará as debilidades que afectam os territórios rurais, mormente os localizados em áreas mais periféricas.

O caso de Almeida constitui um excelente paradigma desta situação. Albergando um significativo potencial turístico no domínio do património cultural e natural, o município e os agentes locais classificam o turismo como o sector mais estratégico para conceder um novo fôlego ao desenvolvimento local. No caso concreto do TER, foi possível concluir que muitos dos benefícios que lhe são outorgados têm um impacto residual no desenvolvimento municipal, seja em termos da criação de postos de emprego, seja ao nível da reabilitação patrimonial ou da diversificação das actividades económicas. A própria articulação entre o TER e os recursos patrimoniais e a população local é pouco evidente.

Os motivos para esta situação são de vária ordem. Em termos sectoriais, verifica-se que à parte das políticas e de alguns (escassos) apoios direccionados para o TER, as fracções mais maciças de investimento continuam a ser canalizadas para destinos turísticos e produtos mais massificados, pelo facto de serem aqueles que mais receitas geram. Com efeito, a falta de incentivos públicos foi diagnosticada pelos empresários locais como uma das grandes pechas do desenvolvimento do TER em Almeida. Porém, há um conjunto de debilidades intrínsecas ao próprio território que condicionam o desenvolvimento do TER e do turismo em geral. À cabeça destes motivos surge o deficit de envolvimento e de concertação entre os vários agentes locais (e regionais), que impede a concentração de esforços e de recursos em acções integradas e mais sustentadas. Esta falta de cooperação resulta do insuficiente diálogo mantido entre as entidades locais e é reveladora da rivalidade e da competição que subiste entre as entidades locais

na atracção dos escassos recursos. Tal como Brunori & Rossi (2007) argumentam, a frequente falta de convergência e a conflitualidade nos territórios rurais deve-se ao fracasso das estratégias de desenvolvimento rural e a sua resolução deve constituir uma prioridade da agenda dos políticos e das acções de planeamento. A adopção de um novo modelo de governança, que estimule a participação e o envolvimento das diversas entidades na formulação e na implementação das estratégias é fundamental para superar este problema. A Câmara Municipal, como a entidade local dotada de maiores recursos e com maior capacidade de mobilização, terá um papel essencial para despoletar este processo, animando a economia local. Também a falta de empreendedorismo por parte das entidades locais é apontado pelos inquiridos como um dos principais estrangulamentos do desenvolvimento turístico. O contexto regional e local de desinvestimento, a apatia, a desconfiança e as características dos agentes são entraves para que haja um aproveitamento mais eficiente das potencialidades turísticas do município. O distanciamento (e não o isolamento) em relação aos grandes centros urbanos do litoral e de Espanha e a ausência de uma estratégia transversal de rentabilização turística do território constituem outras fraquezas diagnosticadas que vulnerabilizam o TER.

Assim, até ao turismo se assumir como sustentáculo do desenvolvimento local, o município tem ainda um longo caminho a percorrer. Para o efeito, o turismo terá de ser inserido num processo mais globalizante e integrado numa dupla perspectiva: a um nível horizontal, dando prioridade à participação e ao envolvimento das entidades no processo de planeamento das actividades, articulando as restantes políticas sectoriais com o turismo e canalizando recursos e investimentos para os domínios mais carentes; e a um nível vertical, procurando aprofundar o diálogo e a integração turística à escala regional e transfronteiriça, em acções como a promoção, a definição de percursos, etc., recolhendo os benefícios do aumento da massa crítica e das sinergias que este efeito de escala promove. Esta estratégia globalizante é essencial para que Almeida se possa afirmar mais em termos turísticos e para que o TER possa efectivamente revitalizar a economia local e as actividades tradicionais, deixando de ser uma ideia estereotipada com a qual se vai reclamando o desenvolvimento dos territórios rurais.

Agradecimentos

Os autores gostariam de expressar a sua gratidão às entidades do município de Almeida que gentilmente responderam ao inquérito formulado, assim como ao Centro de Estudos Ibéricos que financiou a investigação.

Referências Bibliográficas

- Barros, V. (2003). *Desenvolvimento rural, intervenção pública 1996-2002*. Lisboa, Terramar.
- Brunori, G., Rossi, A. (2007). Differentiating countryside: social representations and governance patterns in rural areas with high social density: the case of Chianti, Italy. *Journal of Rural Studies* 23: 183-205.
- Cadima, J., Freitas, M., Mendes, R. (2001). *O turismo no espaço rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal*. Núcleo de Investigação em Políticas Económicas. Braga. Universidade do Minho.
- Cànoves, G., Herrera, L., Cuesta, L. (2006). *El turismo rural a Catalunya: una aposta mediambiental i de qualitat*. Barcelona, Fundació Abertis.
- Cristóvão, A. (1999). Ambiente e desenvolvimento de áreas marginais: o caminho tortuoso para uma relação potencialmente frutuosa. *1º Encontro Galiza-Portugal de Estudos Rurais*, Bragança, 12 e 13 de Novembro.
- Cunha, L. (2006). *Economia e política do turismo*. Lisboa, Edições Verbo.
- DGT – Direcção-Geral do Turismo (2000). *O turismo no espaço rural (1984/1999)*. Lisboa, Divisão de Recolha e Informação Estatística.
- Fonseca, F. (2006). *O planeamento estratégico em busca de potenciar o território: o caso de Almeida*, Dissertação de Mestrado. Braga, Universidade do Minho.
- Fonseca, F., Ramos R. (2007). Potenciar o desenvolvimento turístico a partir de um processo de planeamento estratégico de marketing: o caso de Almeida. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais* 15: 41-64.
- Fonseca, F., Ramos R. (2008). Almeida heritage as a factor for local and sustainable development. In Amoeda *et al.* (eds), *World Heritage and Sustainable Development*. Vila Nova de Foz Côa, Green Lines Institute, 129-138.
- Joaquim, G. (1999). Turismo e Mundo Rural: Que Sustentabilidade?. In Cavaco, C. (ed), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*. Lisboa, Centro Estudos Geográficos, 305-312.
- Menezes, F. (2000). *Tourism as an Agent of Rural Development, Construction of Programmes and Institutional Forms of Implementation: A Case Study of LEADER I in Vale do Lima (in NW Portugal)*. PhD Thesis, Bournemouth University.
- Jesus, L. (2007). *Génese, evolução e distribuição do TER*. V Congresso da Associação Portuguesa de Economia Agrária, Vila Real, 4 a 6 de Outubro.
- Middleton, V. (1996). *Marketing in travel and tourism*. London, Butter-Worth-Heinemann.
- Muller, F. (2000). Ecotourism: an economic concept for ecological sustainable tourism. *International Journal of Environmental Studies* 57: 241-251.

Ribeiro, M., Marques, C. (2000). Rural tourism and the development of less favoured areas between rhetoric and practise. In APDR (ed), *Tourism Sustainability and Territorial Organization*. Coimbra, APDR, 531-544.

Rosado, J. (1998). Turismo no Alentejo: oportunidades e riscos. In Pintassilgo, J., Teixeira, M. (eds), *Turismo Horizontes Alternativos*. Lisboa, Edições Colibri, 21-36.

Salvà-Tomàs, P. (2000). Tourism sector restructure sustainability and territorial perspectives at the beginnings of 21st century. In APDR (ed), *Tourism Sustainability and Territorial Organization*. Coimbra, APDR, 97-112.

Sharpley, R., Sharpley, J. (1997). *Rural tourism, an introduction*. London, International Thomson Business Press.

Umbelino, J. (1998). Turismo em espaço rural: da utopia à realidade. In Pintassilgo, J., Teixeira, M. (eds), *Turismo Horizontes Alternativos*, Lisboa, Edições Colibri, 175-188.